

A IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SUL AMERICANA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS DILMA, TEMER E BOLSONARO.

Laura Parahyba¹

RESUMO

O presente trabalho busca compreender qual o papel do Mercosul no processo de integração regional na América do Sul e quais foram seus avanços nos últimos 12 anos durante os governos brasileiros de Dilma, Temer e Bolsonaro, respectivamente. Para isso, utilizaremos revisões bibliográficas de publicações recentes, além de tratados e pronunciamentos do bloco econômico e do Brasil durante esse período. A partir dessas análises, buscaremos delimitar quais foram os avanços ou demais posicionamentos que os governos brasileiros obtiveram no processo de integração regional sul-americana a partir de sua atuação no Mercosul. Além disso, para ao decorrer de nossa pesquisa, abordaremos a relação entre a política doméstica de cada gestão e suas estratégias internacionais, destacando as diferenças nos alinhamentos geopolíticos. Por fim, evidenciamos como a política externa brasileira nesse período passou por avanços diferentes em cada governo analisado, sendo alguns deles limitados, mas presentes. Nesse sentido, nosso estudo torna-se importante pois reforça a relevância da integração regional como estratégia para o desenvolvimento econômico e político da região.

Palavras-chave: Mercosul; Integração Regional; Política externa brasileira; América do Sul.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the role of Mercosur in the process of regional integration in South America and the progress achieved over the last 12 years during the Brazilian administrations of Dilma, Temer, and Bolsonaro, respectively. To this end, we will use bibliographic reviews of recent publications, as well as treaties and statements from the economic bloc and Brazil during this period. Based on these analyses, we aim to delineate the advances or other positions that Brazilian governments achieved in the South American regional integration process through their actions within Mercosur. Furthermore, throughout our research, we will address the relationship between the domestic policy of each administration and their international strategies, highlighting the differences in geopolitical alignments. Finally, we emphasize how Brazilian foreign policy during this period underwent different advancements in each analyzed government, some of which were limited but present. In this sense, our study becomes important as it reinforces the relevance of regional integration as a strategy for the economic and political development of the region.

Key Words: Mercosur; Regional integration; Brazilian foreign policy; South America.

¹ Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação do Profª. Dra. Patricia da Costa Machado. E-mail: laura.202111425@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 15/12/2024

1. INTRODUÇÃO

Dentro das Relações Internacionais, um dos principais assuntos discutidos são os processos de integração regional. Na América do Sul, temos um processo mais lento que nos demais continentes, considerando que os países são relativamente mais recentes e possuem, por sua vez, mais desconfiança entre si para iniciar essa fase. Ainda assim, vemos que a partir da década de 1980 os países sul americanos percebem a necessidade de se fortalecer no cenário internacional, levando, conseqüentemente, ao início do processo de integração.

A presente pesquisa buscará responder ao seguinte problema: qual o papel do Mercosul no contexto de integração regional sul-americana para o desenvolvimento da política externa dos governos Dilma/Temer e Bolsonaro? Nosso foco será na análise de cada um dos governos mencionados e quais foram as contribuições e/ou rumos que a política brasileira tomou referente ao tema da integração a partir de sua atuação no principal bloco econômico da América do Sul.

O objeto de estudo será o fenômeno da integração regional sul americana, focando principalmente no surgimento do Mercosul enquanto principal bloco nesse processo. A ideia é ressaltar e desenvolver ao longo do texto a importância do Mercosul no continente sul americano e quais foram os progressos efetuados pelo Brasil ao longo dos 12 anos de governo que serão analisados.

No primeiro capítulo, analisaremos o surgimento do Mercosul como um processo de integração regional, quais os contextos internos dos principais atores internacionais envolvidos na época de sua criação e quais são os objetivos e finalidades do bloco econômico em questão a partir da análise do Tratado de Assunção. No segundo capítulo, abordaremos as análises da política externa dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro, evidenciando suas respectivas atuações na integração regional sul-americana a partir do bloco econômico do Mercado Comum do Sul. Nossa abordagem consistirá em analisar os acontecimentos internos dos países membros e também do contexto sul-americano envolvido, a fim de compreender as transformações do bloco e sua importância em cada um dos governos citados.

Ao final, apontaremos as principais considerações que fizemos a partir das análises expostas. Nossa conclusão busca entender quais foram as contribuições e avanços que o governo brasileiro efetuou no Mercosul e, conseqüentemente, no processo de integração regional ao longo dos 12 anos de gestão aqui analisados. A partir disso, será possível compreender como os últimos governos trataram o tema da integração e qual sua importância no contexto internacional sul-americano.

2. A CRIAÇÃO DO MERCOSUL

O Mercosul surgiu em uma era pós Guerra Fria, na qual os Estados Unidos eram a potência mundial e influenciavam outros governos ao redor do mundo com seu sistema neoliberal - doutrina econômica que tem por objetivo a redução da intervenção do Estado na economia e a abertura econômica dos territórios. Diante deste cenário, a América Latina também adere, de certa forma, a essas ideias, considerando uma necessidade de se inserir no contexto internacional da época. Nesse sentido, os dois países pioneiros na criação do bloco foram Brasil e Argentina, que precisavam realizar essa integração inicialmente bilateral visto que a situação era de crises econômicas e retorno da democracia nesses territórios (Granato, 2021). Lembrando que as políticas econômicas precisavam ser desenvolvidas e recuperadas considerando as recentes ditaduras que ambos passaram nos anos anteriores.

No contexto do Brasil, durante o fim da década de 1980 e início da de 1990, o objetivo dos governos eram de continuar restabelecendo a redemocratização no país (Ministério das Relações Exteriores, 2016), mas sem deixar de focar na política econômica brasileira, que encontrava-se dificuldades em se reerguer considerando as últimas iniciativas econômicas do fim da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) que trouxeram ao país, anos mais tarde, problemas econômicos e dívidas externas.

No caso brasileiro, a inserção regional já era muito evidente considerando que o país era uma das potências regionais da América do Sul. Porém, havia a necessidade de se inserir no cenário internacional e o processo de integração com os países vizinhos parecia ser a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico regional e para a política externa brasileira em específico.

Em relação à Argentina, o país foi considerado a maior economia sul americana no início do século XX. Neste momento, houve um afastamento histórico de sua política externa em relação ao Brasil, considerando que desde o período da diplomacia do Barão de Rio Branco já ocorria um estranhamento nas relações bilaterais. Além disso, historicamente o governo argentino demonstrou maior alinhamento à Grã-Bretanha politicamente e economicamente, enquanto o Brasil estreitou suas relações diretamente com os EUA (El País, 2021). Por esses e outros motivos, ambos os países não utilizaram da cooperação para se desenvolverem em conjunto, ainda que os dois Estados tivessem grande potencial econômico para isso.

Nesse sentido, tanto no caso brasileiro quanto argentino havia necessidades de inserção internacional e reconhecimento de suas economias, uma vez que a Nova Ordem Mundial estava caminhando à luz de ideias neoliberais. Por esse motivo, a ideia inicial era de

superar gradativamente a rivalidade econômica e política entre os países a partir da abertura comercial e do desenvolvimento industrial e tecnológico (Guimarães, 2005, p. 381.).

A partir da década de 1950, surgem as primeiras iniciativas à um processo de integração, sendo marcada pelo surgimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), que tinha por objetivo estabelecer uma zona de livre comércio nos países sul-americanos. Tal organização avançou modestamente com a redução de tarifas incidentes no comércio, porém estagnou na formação da livre zona comercial de fato. Os motivos para esse fracasso se estendem desde as políticas econômicas de cada país até os sucessivos golpes militares que os governos desse continente sofreram nos anos seguintes (Almeida, Lessa, Oliveira, p. 61).

Posteriormente, a Alalc foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que tinha por objetivo atingir o nível de Mercado Comum Latino, porém essa iniciativa também não obteve sucesso. Nesse sentido, após as tentativas citadas anteriormente, um dos passos que de fato impulsionou a integração no continente foi o acordo firmado entre Argentina e Brasil em 1985, a Declaração de Iguazu. Nesse acordo, ambos os países estabelecem metas como a redução de tarifas e a eliminação de barreiras não-tarifárias. (Filho, 2009, p. 24).

Em 1990, foi firmado o Acordo de Complementação Econômica 14 entre Brasil e Argentina, que visava facilitar as condições para se estabelecer um mercado comum entre os países (GOV, 2022). No ano seguinte, em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção pelos países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o qual passou a regular as relações econômicas e comerciais dos países no período de transição ao Mercado Comum - de 1991 a 1994 (Filho, 2009, p. 24). Após isso, em 1994, foi assinado o Protocolo Adicional de Ouro Preto - o qual tratava-se de um dispositivo adicional ao tratado original, que institui de fato o bloco Mercosul.

2.1 Tratado de Assunção

A assinatura do Tratado de Assunção representou um avanço no processo de integração regional sul americana, visto que esse documento evidenciou o objetivo de desenvolvimento econômico com justiça social na região. Para isso, foram firmados objetivos comuns entre os membros. Dentre eles, foi instaurada a criação de um mercado comum entre os países integrantes a partir da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Além disso, foi estabelecida uma tarifa externa e política comercial comuns em relação aos Estados Terceiros (Tratado de Assunção, 1991).

O documento também ratifica a necessidade de coordenação de políticas macroeconômicas, a fim de garantir condições adequadas de competitividade entre os Estados Membros, sejam elas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem. Não obstante, o tratado também firma compromissos entre os Estados membros com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis considerando também a preservação do meio ambiente. Neste caso, os objetivos econômicos precisam caminhar junto com a sustentabilidade ambiental (Tratado de Assunção, 1991).

A partir do artigo 10, ficam estabelecidos os órgãos que farão a gestão do bloco. Sendo eles o Conselho, formado pelos ministros de Relações Exteriores e da Economia dos Estados partes, será responsável pela condução política e tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos presentes no Tratado. Além deste, há também o Grupo Mercado Comum, composto pelos Ministérios das Relações Exteriores, que, em resumo, tem funções de garantir a execução das decisões do Conselho e também de fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o Mercado Comum (Tratado de Assunção, 1991).

Sobretudo, o Tratado de Assunção firma um acordo não somente econômico, mas também o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações para aumentar o processo de integração regional sul americano. Além disso, conforme definido no Artigo 20 do documento, o bloco estará aberto para adesão de novos membros da Associação Latino-Americana, mediante análise dos membros atuais, o que torna o processo ainda mais firme e otimista para o tema de integração.

2.2 Mercosul nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula

A política externa durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) demonstrou uma guinada diferente na história do Brasil e da integração regional sul-americana. A busca foi pautada principalmente pela autonomia pela integração, substituindo ideias anteriores de distanciamento com demais governos do continente (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2007). Durante seu governo, houve uma diplomacia pautada na imagem do presidente, buscando aproximar-se de outros Estados a partir de visitas presenciais e acordos multilaterais. A diplomacia presidencial de sua gestão resultou em 44 países visitados em 96 viagens, tornando-se um dos presidentes brasileiros com mais viagens diplomáticas.

Em relação ao Mercosul, o governo FHC focou na inserção internacional do Brasil a partir da atuação desse bloco. Neste período o Mercado Comum do Cone Sul conseguiu

atingir um espaço importante na região atraindo investimentos de outros blocos econômicos, inclusive (Silva, 2012). A partir deste cenário, o Mercosul trouxe para política externa brasileira um importante ponto de apoio para as negociações da Alca - Área de Livre Comércio das Américas (Silva, 2012, p. 25).

Neste sentido, ainda na década de 1990, o Ministério das Relações Exteriores buscou realizar as negociações com os Estados Unidos relacionadas à Alca, a fim balancear os interesses brasileiros com os estrangeiros. Cabe ressaltar também que o objetivo deste novo projeto de integração era unir os países da América do Sul - com exceção de Cuba - porém tendo os EUA como centro hegemônico, uma vez que o período era de pós Guerra Fria e a agenda norte-americana de política externa buscava ampliar suas influências no cenário internacional (Silva, 2012, p. 26). Essa proposta estava indo ao encontro das ideias brasileiras e do Mercosul, que defendiam a autonomia dos Estados latinos, porém estes reconheciam a relevância e importância da superpotência da época e, por esse motivo, tentavam equilibrar os interesses (Silva, 2012).

A partir da segunda metade da década de 1990, o Mercosul passou a enfrentar crises econômicas, uma vez que o Brasil enfrentava uma depreciação do Real e a Argentina também passava por instabilidades econômicas. A junção das crises em ambas as principais economias do bloco, levou a uma desaceleração no processo de integração econômica. Por esse motivo, em 2003 é proposto um relançamento do Mercosul pelo governo brasileiro, sob gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (na presidência brasileira de 2003 a 2011). Para isso, Lula iniciou reuniões com o presidente argentino Néstor Kirchner (presidente da Argentina de 2003 a 2007) nas quais concluíram que a aliança entre as duas nações era fundamental para seguir com o processo de integração no bloco. Em um dos encontros, os dois presidentes destacaram a convergência de valores e objetivos que impeliam seus governos e ressaltaram que o Mercosul e a integração sul-americana deveriam ter como meta associar crescimento, justiça social e dignidade dos cidadãos (Ruiz; Vazquez, 2009).

O resultado das negociações bilaterais culminou na Cúpula do Mercosul realizada em Assunção em junho de 2003, na qual foi aprovado o Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum. Tal medida marcou formalmente o começo do processo de aprofundamento do bloco (Ruiz; Vazquez, 2009). Ademais, outros projetos vieram a ser aprovados pelos países, como o Programa de Trabalho 2004-2006, o qual ajudou na liberalização comercial e trouxe uma nova fase no processo de integração. Desse modo, ao longo dos anos 2000, notam-se várias iniciativas que buscavam aumentar o nível de integração entre os países sul-americanos, a maioria delas partindo do Brasil e da Argentina,

que sob suas respectivas gestões tentavam resgatar a ideia da integração regional (Ruiz; Vazquez, 2009). Um exemplo mais evidente é justamente a adesão de quase todos os países da América do Sul no bloco, exceto Guiana e Suriname (Ruiz; Vazquez, 2009).

Por outro lado, é importante destacar que após 2006 o Mercosul enfrentou algumas dificuldades em relação às suas propostas. Nesse sentido, a agenda estancou em temas de difícil resolução, particularmente no que se refere à união aduaneira. Além disso, a estrutura institucional do esquema de integração não acompanha o aprofundamento das propostas em certas áreas, uma vez que tais mudanças requerem também uma reforma institucional integral (Ruiz; Vazquez, 2009).

Desta forma, é possível concluir que durante os governos FHC e Lula houveram avanços significativos, porém alguns dispositivos mencionados no Tratado de Assunção ainda tiveram dificuldade em sua aplicabilidade. Dentre os avanços, destacamos principalmente as mudanças a partir do ano de 2003, no qual além de reforçar laços bilaterais com a Argentina, o governo brasileiro ainda impulsionou o relançamento do Mercosul, à luz de novas ideias e propostas mais integradoras.

3. MERCOSUL E INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS BRASILEIROS DE 2010 A 2022

3.1 Governo Dilma

Em 2011, Dilma Rousseff se tornou a primeira presidenta do Brasil, acompanhada de seu vice, Michel Temer. Seu governo estava comprometido com a aceleração do crescimento econômico e a distribuição de renda por meio do fortalecimento das políticas econômicas neodesenvolvimentistas. Em relação ao tema da integração regional, era um dos objetivos da presidenta seguir investindo nesta área. Durante seu discurso de posse, fica evidenciado seus objetivos em relação aos países vizinhos:

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. [...] Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. (Rousseff, 2011).

No entanto, embora tenha iniciado seu primeiro mandato com índices econômicos positivos e um otimismo em relação ao tema da integração regional, o decorrer dos anos resultaram em uma crise econômica (resultado da crise do sistema bancário nos EUA, em

2008), e política, que levaram a uma série de manifestações populares contrárias à mandatário e que, em última instância, levou a instauração do processo de afastamento do cargo, aprovado em 2016.²

Além disso, o governo Dilma também enfrentou outras instabilidades internacionais, como o caso de grampeamento de telefones por parte dos EUA em 2013. Na ocasião, foi revelado que números da presidenta Dilma, ministros, diplomatas e assessores foram espionados pela agência de inteligência norte-americana (G1, 2015). Esse acontecimento afetou diretamente as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, o que contribuiu ainda mais para a dificuldade da governante em alavancar as relações bilaterais com parceiros internacionais.

Considerando o primeiro mandato da governante, pode-se afirmar que a busca pela inserção internacional do Brasil estava presente e que o Mercosul seria um dos focos da presidenta. No discurso de Dilma na abertura da 48ª Cúpula do Mercosul realizada em Brasília no ano de 2015 ela reforça que:

O Mercosul é, também, um fator, um grande fator de mitigação de assimetrias e de apoio a um desenvolvimento equilibrado entre os sócios. O Brasil sempre defendeu que as economias menores devem se beneficiar plenamente da integração. (Rousseff, 2015).

Nesse sentido, é possível perceber que o Brasil de fato estava comprometido com os compromissos com o Mercosul e, sobretudo, com a integração regional. Seus discursos ao decorrer do mandato de Dilma reforçam isso, principalmente em seu primeiro mandato.

Nesse contexto, cabe ressaltar as iniciativas brasileiras dentro desse processo. Como exemplo, cabe citar o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães que buscou mobilizar as chancelarias dos quatro Estados Partes para firmar acordos que promovessem um maior financiamento das instituições do Mercosul, principalmente o Focem - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - além de propor a criação de fundos setoriais para financiar estudos e projetos comuns, inclusive para as empresas privadas dos países (Neto, 2017, p. 120). Porém, em meados de 2012, o embaixador renunciou ao seu cargo dentro do bloco regional, deixando, inclusive, várias críticas às instituições do bloco, o que fragilizou a imagem diplomática brasileira e seu papel no processo de integração naquele momento.

² O governo Rousseff passa por instabilidades internas que prejudicam sua atuação na política externa, como as Manifestações de 2013, que, inicialmente, buscavam a redução de tarifas do transporte público mas, posteriormente, passaram a reivindicar o fim da corrupção, melhoria nos serviços públicos e diminuição dos gastos com a Copa e Olimpíadas (BBC, 2023). Além disso, em 2015 iniciam os processos pró-impeachment contra Dilma, sendo de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” (Senado, 2016). Nesse cenário, após a aprovação na Câmara e no Senado, a presidenta é afastada do cargo em 2016.

Por outro lado, os esforços brasileiros durante o governo Dilma para aprofundar o processo de integração permaneceram, como as tentativas de modernização da TEC - Tarifa Externa Comum - e de atualizar os mecanismos de controle comercial dentro do bloco. Além disso, cabe ressaltar que durante sua gestão, a presidenta precisou considerar os empecilhos externos que dificultavam uma integração na região, como as desigualdades econômicas e políticas internas dos países membros, como o caso da Argentina que, na época, praticava políticas mais protecionistas que impediam a prática da TEC. Ademais, outro problema a ser enfrentado foi a falta de coesão nas taxas de importação, uma vez que para alguns países a tarifa era mais vantajosa do que para outros, como no setor agrícola por exemplo. Não obstante, o Paraguai passou por uma crise política e econômica em 2012, resultando no impeachment do ex-presidente Fernando Lugo, o que levou a exclusão do Paraguai gerando tensões dentro do Mercosul, pois afetou a harmonia política do bloco e resultou em um vácuo de liderança temporário.

3.1.1 Adesão de novos membros e relação com outros blocos econômicos

Uma das principais mudanças ocorridas no bloco durante a gestão de Dilma foi a adesão da Venezuela em 2012. A entrada desse novo membro no Mercosul esteve muito ligada ao fato do país ter uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo. Em comunicado, o Itamaraty afirma que "a incorporação da Venezuela altera o posicionamento estratégico do bloco, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul do continente". O Mercosul se afirma, também, como potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis" (BCC, 2012).

Esse processo de adesão trouxe algumas controvérsias para o cenário de integração, uma vez que foi visto como um fortalecimento político do Mercosul pois ampliou sua dimensão energética e geopolítica. Porém, considerando o cenário instável e de crise no qual a Venezuela presenciou anos mais tarde, pode-se considerar que essa ação levou a um enfraquecimento comercial do bloco posteriormente.

Desta forma, o governo Dilma buscou manter o tema de integração presente em sua gestão, sendo a centralidade do Brasil um dos principais objetivos. Para isso, o Mercosul foi o principal meio de inserção brasileiro considerando um cenário no qual o país se destacou como uma das principais potências do bloco econômico e com um dos maiores PIBs da América do Sul naquele momento. Em contrapartida, as instabilidades na política interna brasileira e, particularmente na gestão de Dilma, dificultaram a prática desses objetivos

iniciais, fazendo com que, no geral, o governo Rousseff não obtivesse grandes avanços na integração regional sul-americana e na inserção do Brasil no cenário internacional.

3.2 Governo Temer

Em maio de 2016, Michel Temer assumiu a presidência do Brasil de forma interina devido ao impeachment de Dilma Rousseff. Seu governo durou cerca de 2 anos e emergiu diante de um cenário de denúncias e julgamentos de corrupção ao governo anterior, e crises econômicas brasileiras. Diante disso, Temer buscou atuar diretamente em reformas internas no país, principalmente na economia e no trabalho. Como exemplo, cabe citar as iniciativas de definições para teto de gasto público e envio das reformas da Previdência (Metrópoles, 2017). Nesse sentido, o governo Temer encontrou-se mais comprometido com a política interna do país, a fim de sanar os emergentes problemas e escândalos políticos provenientes do governo anterior.

Porém, a gestão de Michel Temer encontrou dificuldades em avançar em muitos temas de política externa (principalmente na pauta da integração regional) justamente pelas questões internas a serem resolvidas conforme já citamos. Durante seu mandato, por exemplo, Temer foi denunciado 3 vezes pela Procuradoria Geral da República sendo acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, obstrução de Justiça e de integrar organização criminosa (Veja, 2019), porém tais acusações foram barradas pela Câmara dos Deputados na ocasião, o que permitiu com que Temer finalizasse seu mandato, ainda que com instabilidade política e popular.

No âmbito da política externa, o governo Temer denominou como ministro das Relações Exteriores do Brasil José Serra. O ex-chanceler já era conhecido por suas críticas ao Mercosul, porém durante sua passagem no MRE ficou claro que seu foco era na política comercial, esforçando-se mais para obter trocas comerciais com países como Estados Unidos e Japão (Bressan; Menezes; Ribeiro, 2021, p. 41). Em resumo, o objetivo era desenvolver as relações com as grandes potências ao invés das relações Sul-Sul, em seu discurso durante a posse do cargo de Chanceler, ele afirma: “Vamos ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão.”, deixando evidente seus interesses e seu foco para a gestão (Serra, 2016).

3.2.1 Iniciativas brasileiras na política externa e a atuação no Mercosul durante o Governo Michel Temer

Dentre as tentativas mais importantes deste governo na política externa, cabe ressaltar a negociação para a entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE). O objetivo era tentar melhorar a imagem do país no mundo, principalmente no âmbito econômico e financeiro, visto que o Brasil passaria a fazer parte de um fórum importante que influencia as regras da economia mundial e que estimula o país a fazer ajustes em seus marcos regulatórios em áreas como transparência, competição e prestação de contas (Junior, 2017). Nesse sentido, a ideia era a de atrair investimentos ao Brasil e melhorar a visibilidade do país diante de um dos maiores blocos econômicos.

Por outro lado, a aproximação com a OCDE levou também a um afastamento dos temas relacionados ao Mercosul, considerando que a ideia de Temer era justamente se aproximar dos países membros do primeiro bloco, o que deixava de lado o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais com o bloco regional da América do Sul. Essa iniciativa, aliada aos interesses do próprio MRE, levaram a um distanciamento dos temas de integração regional.

Ademais, durante a gestão de Temer ocorreu também o afastamento da Venezuela do Mercosul em 2017. Os países membros Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai utilizaram o argumento de que o governo de Nicolás Maduro estava promovendo a ruptura da ordem democrática venezuelana (Bressan; Menezes; Ribeiro; 2021, p. 42). A saída do país do bloco representou uma virada para o Mercosul, uma vez que o próprio governo brasileiro começou a apoiar mais as relações do bloco do Mercado Comum com a Aliança do Pacífico, a fim de “renovar” o Mercosul, de acordo com Serra.

Em contrapartida, o ministro José Serra pede demissão em 2017, sendo substituído por Aloysio Nunes, que dará uma outra guinada para a política externa brasileira. Um dos principais objetivos de Nunes era aproximar as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos - país sob a nova presidência de Donald Trump (Bressan; Menezes; Ribeiro; 2021, p. 43). A partir disso, o novo ministro passa a apoiar a candidatura brasileira a ingressar na OCDE, porém o país não consegue o apoio dos EUA para garantir sua entrada. Foi nesse momento também que o governo brasileiro passou a apoiar a ideia de um acordo entre União Europeia e Mercosul. Tais negociações foram concluídas anos mais tarde, já durante o governo Bolsonaro.

Desta forma, muitas das ideias iniciais do Governo Temer para a política externa acabaram não ocorrendo da forma planejada, uma vez que os problemas internos no Brasil ocuparam grande parte da agenda do ex-presidente brasileiro. Além disso, as prioridades estabelecidas nas relações do Brasil com outros países, juntamente com os dois ministros das Relações Exteriores, foram muito mais voltadas ao estabelecimento de relações bilaterais com países de fora da América do Sul, impactando diretamente na integração regional

sul-americana. Adicionalmente, a suspensão da Venezuela em 2017 também impactou o desenvolvimento do Mercosul nesse período, porém, simultaneamente, as negociações que avançaram com a União Europeia demonstram um desenvolvimento comercial do Mercado Comum do Sul nesse período.

3.3. Governo Bolsonaro

Em 2019, Jair Bolsonaro assumiu o cargo de Presidente do Brasil junto de seu vice Hamilton Mourão. Seu governo iniciou após uma eleição acirrada contra o candidato do PT (Partido do Trabalhador), Fernando Haddad. Bolsonaro foi tecendo seus apoiadores, e é eleito apoiado por vários grupos como conservadores, evangélicos, militares (El País, 2019), o que justifica e sustenta muitos de seus posicionamentos e falas durante seu tempo na presidência. A questão da ruptura de ideologias esteve presente inclusive em seu discurso de posse, na qual ele ressalta que “o Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas” e que terá a “missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.” (GOV, 2019). Essa ideologia e objetivo de Bolsonaro irá marcar muitas de suas ações e defesas durante seu governo.

Durante sua gestão, a política externa esteve pautada em aproximar-se de governos de direita e mostrou certa aversão ao multilateralismo. Além disso, a PEB durante seu governo esteve muito ideologizada e utilizou muito das narrativas de extrema-direita e polarização política daquele momento, especialmente contra o Partido dos Trabalhadores (PT), para legitimar sua atuação. Cabe ressaltar também a presença de uma aversão aos movimentos esquerdistas e a condenação das políticas progressistas nos campos sociais e econômicos (Hirst; Maciel, 2022, p. 7).

Um dos acontecimentos que marcou seu governo foi seu posicionamento e negligência durante a pandemia da COVID-19 em 2020. Após o primeiro caso confirmado no Brasil já naquele ano, o presidente optou pelo alinhamento ideológico com o governo de Donald Trump nos EUA, mantendo assim um negacionismo quanto aos impactos e número de mortes causadas pela doença (Silva, 2022, p. 19). Durante esse período, o presidente foi contrário a várias das recomendações de saúde que haviam sido estabelecidas, inclusive desautorizando seu vice-presidente que havia defendido o isolamento social, e descumprindo medidas como o uso de máscara e aglomerações por exemplo, as quais Bolsonaro seguiu mantendo mesmo após as contraindicações de saúde (Hur; Sabucedo; Alzate, 2021).

Diante desse cenário, o governo Bolsonaro esteve muito debruçado sobre questões mais voltadas aos governos de direita, especialmente com os Estados Unidos durante a gestão de Trump, o que evidenciou uma nova direção para a política externa brasileira. Não obstante, as questões sanitárias internas que surgiram naquele momento se tornaram as prioridades de tratativas de sua gestão, ainda que inicialmente negligenciada, fazendo com que muitas das iniciativas de política externa estivessem voltadas para essas questões.

3.3.1 Iniciativas brasileiras e afastamento da integração regional

Dentre as iniciativas brasileiras na PEB, um dos objetivos era de que o Brasil fizesse parte da OCDE, sendo o alinhamento ideológico com os Estados Unidos uma das portas de entrada para o bloco. O ingresso do Brasil na Organização poderia significar um aumento nos investimentos internacionais no país (Exame, 2022), uma vez que, concluído o processo de acessão, o país passa a ter voz e voto, moldando os debates globais e assegurando que as especificidades da economia brasileira serão consideradas no estabelecimento e revisão de padrões da Organização (Banco Central do Brasil). Porém, o Brasil conseguiu avançar no processo de adesão à OCDE, mas o processo pode levar de 3 a 5 anos e o país precisa atender a várias regras que a Organização instituiu para que ele seja adepto.

Na questão da integração regional, o governo Bolsonaro teve poucos avanços no tema durante sua gestão, deixando de lado muitas iniciativas no Mercosul, por exemplo. Cabe lembrar também que, ainda enquanto deputado da Câmara, Bolsonaro não demonstrava apoio ao Mercosul, durante um de seus discursos ele disse:

A nossa crise econômica não nasceu agora, ela vem de algum tempo. Porque o Brasil, através do PT, optou pelo viés ideológico para fazer seus negócios não com o mundo, mas basicamente, na América do Sul, com o MERCOSUL. Obviamente mantemos comércio com a China e com outros poucos países, mas foi essa âncora ideológica que nos levou a esse estado de coisas, e sair dele não vai ser de hoje para amanhã (Bolsonaro, 2016).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o presidente, durante sua gestão, passou a utilizar uma visão do bloco como utilitarista e comercialista, buscando um Mercosul com expressão mínima e com propostas de diminuição da tarifa externa comum, revogando a norma que impede de comercializar individualmente com outros países e conduzindo uma reforma institucional que minimizava a estrutura do organismo (Azzi; Frenkel, 2021). Além disso, o governo brasileiro foi deixando de contribuir para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, evidenciando ainda mais o desinteresse da gestão no bloco.

Somando-se a isso, a postura de Bolsonaro durante a Pandemia também afetou as negociações no Mercosul e a visibilidade do bloco. Sobretudo, as medidas coordenadas entre os países sul-americanos para lidar com a questão sanitária, como a aquisição das vacinas em 2020, se chocaram diretamente com a posição de Bolsonaro, o qual não aceitava adquirir os medicamentos chineses contra o coronavírus. Essas relações interestatais sul-americanas foram muito afetadas pelos posicionamentos brasileiros durante a pandemia, levando a um afastamento da integração regional no território.

Por outro lado, a questão ambiental também impactou o processo de integração na América do Sul nesse período. As negociações sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia estiveram condicionadas a um comprometimento maior do bloco com a preservação do meio ambiente na região (Azzi; Frenkel, 2021). Cabe ressaltar que o próprio governo Bolsonaro foi muito criticado por sua postura e impunidade nos crimes ambientais cometidos na Amazônia (Bocuhy, 2022), o que comprometeu ainda mais a visibilidade da América do Sul para as demais instituições.

Desta forma, é possível inferir que o governo Bolsonaro esteve muito mais focado em intensificar as relações Brasil-EUA. Além disso, a iniciativa das negociações para a entrada no OCDE evidencia ainda mais esse relacionamento, ainda que o processo ainda não tenha sido finalizado. Ao mesmo tempo, vemos que houve um desinteresse por parte do governo brasileiro nesse período em relação a integração regional sul-americana, o que gerou efeitos no Mercosul que, somados à questão ambiental que envolve os países sul-americanos, colaboraram para uma perda de apoio e investimentos no bloco econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado e das circunstâncias atuais do Brasil em relação ao tema de integração regional, cabe concluir que ainda há um grande caminho no qual o governo brasileiro precisa seguir para avançar no processo de integração da América Latina. Atualmente, o governo Lula 3 (2023-presente) vem realizando uma retomada da centralidade do Mercosul nesse processo, porém dificuldades têm sido enfrentadas pela gestão e pelo próprio MRE. Contudo, a presente pesquisa não pretende abordar os eventos mais recentes, mas sim compreender os rumos tomados nos últimos 12 anos.

Desta forma, nos governos analisados conseguimos abordar a atuação de cada presidente na política externa do país, focando principalmente no desenvolvimento do Mercosul durante os anos. Por esse motivo, cabe salientar que durante os governos de Dilma, o bloco econômico não passou por grandes transformações e teve uma atenção reduzida por

parte da presidência brasileira, visto que o momento para a gestão da época exigia maiores esforços para resolver as questões da política interna. Seguidamente, a gestão de Temer voltou-se muito mais para uma colaboração com os Estados Unidos e afastamento da integração regional na América do Sul, deixando muito a desejar nos investimentos ao Mercosul. Já no governo de Jair Bolsonaro, vemos que o afastamento da integração é muito mais vocal e executado, alinhando a política externa brasileira diretamente com os Estados Unidos e priorizando a entrada em outros blocos econômicos como a OCDE.

Por outro lado, quando estudamos os avanços do Mercosul em si no mesmo período vemos que houveram melhorias na parte de ampliação, aprofundamento e autonomia. Em relação à ampliação, relacionamos a adesão de novos membros como a Venezuela (ainda que suspensa anos depois) e também a chegada de Estados associados ao bloco. Para o aprofundamento, citamos os avanços nas economias dos países membros que ficam visíveis nos índices econômicos e políticos de cada um deles. Além disso, na questão da autonomia, o Mercosul tem se tornado cada vez mais autônomo no cenário internacional e busca inserir-se ainda mais nas relações internacionais e no jogo geopolítico (Rodrigues, 2016, pg 15).

Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para aumentar o nível de integração desse bloco. Para isso, é fundamental que o Brasil reinsira o tema de integração novamente na agenda de política externa, considerando que é um dos principais países membros e tem uma das maiores economias do Mercosul. A atuação do governo brasileiro em relação ao nível de investimento e atenção dadas ao bloco pode determinar diretamente os avanços e regressos no processo de integração. Desta forma, é importante seguirmos analisando os desdobramentos do atual governo e, posteriormente, seus impactos na integração regional sul-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aladi. Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/alalc-2/>. Acesso em: 16 de set. de 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Integração regional, uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

AZEVEDO, Alessandra. **Por que é importante para o Brasil entrar na OCDE**. *Exame*, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/por-que-e-importante-para-o-brasil-entrar-na-ocde-2/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

AZZI, Diego. FRENKEL, Alejandro. Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese?. *Nueva Sociedad*, 2021. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/#footnote-17>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. *Banco Central do Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/ocde>. Acesso em 01 de dez. de 2024

BRASIL. **DECRETO Nº 1.901**, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm. Acesso em: 16 de set. de 2024.

BOCUHY, Carlos. **O fracasso ambiental do governo de Jair Bolsonaro**. *Oeco*, 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/o-fracasso-ambiental-do-governo-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

Câmara dos Deputados DETAQ. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=>. Acesso em: 14 de dez. de 2024.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019. *GOV*, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 2011. *GOV*, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 14 de dez. de 2024.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da abertura da 48ª Cúpula do Mercosul – Brasília, 17 de julho 2015. *GOV*, 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-48-cupula-do-mercosul-brasilia-17-de-julho-2015> . Acesso em: 15 de dez. de 2024.

Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016. *GOV*, 2016.

Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016 Acesso em: 15 de dez. de 2024.

EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks. *GI*, 2015.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espiados-pelos-eua.html>. Acesso em: 17 de nov. de 2024.

FELLET, João. **Sem Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela**, 2012. *BBC News*. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_j. Acesso em: 11 de nov. de 2024.

FILHO, José Soares. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, v. 13, n. 46, p. 21-38, 11. Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/r23668.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2024.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GRANATO, Leonardo. Os trinta anos do Mercosul: apontamentos para um balanço. **Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais**. Porto Alegre. Vol. 10, n.19 (jan./jun. 2021), p. 9-29. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225254>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

Governo Brasileiro, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/brasil-argentina-ace-14#:~:text=Em%2020%20de%20dezembro%20de,comum%20entre%20os%20dois%20pa%C3%ADses%E2%80%9D>. Acesso em: 16 de set. de 2024.

Governo Temer completa um ano marcado por reformas. Relembre. *Metrópoles*, 2017.

Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/governo-temer-completa-um-ano-marcado-por-reformas-relembregoverno-temer-completa-um-ano-relembre-os-principais-fatos>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

HIRST, Monica. MACIEL, Tadeu. **A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 21, n. 51, p. 550-569, ago. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2024.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Agência Senado Notícias*, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 17 de nov. de 2024.

JUNIOR, Paulo Afonso Velasco. A política externa do governo Temer: continuidade, inércia e a falta de uma estratégia de inserção internacional. **Alacip**, 2017. Disponível em: <https://www.pt.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZPjtzOjQ6IjZlZDgiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiOTFIZTEExZWQ5ZTA0OGNhNGNhODA5YmViYzJkMTk3MGMiO30%3D>. Acesso em: 22 de nov. de 2024.

Mercosul. **Ministério das Relações Exteriores**, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/mercosul>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

NETO, Walter Antonio Desiderá. O Brasil e o Mercosul no governo Dilma (2011-2016). **Anuario de Integración 14**, 2017. Disponível em: <https://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/04/008-Desidera.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2024.

NITSCH BRESSAN, Regiane; GOULART MENEZES, Roberto; DA SILVA RIBEIRO, Alina. Aos trancos e barrancos: o Mercosul na Política Externa Brasileira (2015-2021). **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 32–54, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p32-54. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12549>.. Acesso em: 22 nov. 2024.

OTTONI, Luís. **Por que o Brasil quer entrar na OCDE? Para especialistas, há ganhos e perdas.** *GI*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/por-que-o-brasil-quer-entrar-na-ocde-para-especialistas-ha-ganhos-e-perdas.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024

Retrato de um extremista: o homem que conquistou o Brasil, *El País*, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

ROMANNO, Giovanna. **Na Presidência, Temer foi denunciado três vezes pela PGR**, 2019, *Veja*.

<https://veja.abril.com.br/politica/durante-presidencia-temer-foi-denunciado-tres-vezes-pela-pgr>. Acesso em: 22 de nov. de 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, [S. l.], v. 5, n. 1, p. e27486, 2017. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/27486>. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

RUIZ, José Briceño. VAZQUEZ, Mariana. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, 2009. Disponível em:

<https://nuso.org/articulo/o-mercosul-na-epoca-de-lula-e-kirchner-um-balanco-seis-anos-depois/#footnote-4>. Acesso em: 29 de set. de 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. **De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira**. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 03 nov. 2024

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 20–34, 2012. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/8>. Acesso em: 29 de set. de 2024.

Tratado de Assunção. 1991, Paraguai. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

VIGEVANI, Tullo; DE OLIVEIRA, Marcelo F; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **SciELO**, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

WESTIN, Ricardo. Há 30 anos, criação do Mercosul pôs fim tensões históricas entre Brasil e Argentina. *El País*, 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-06/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina.html>. Acesso em: 09 de set. de 2024.

WINTER, Luís Alexandre Carta. **O Mercosul e o sistema presidencialista**. 2008. 156 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-10112009-144912/publico/Tese_Luis_Alexandre.pdf. Acesso em: 08 de set. de 2024.

13 de junho de 2013: a noite que durou 10 anos. *BBC*, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politoticia/2023/06/13/13-de-junho-de-2013-a-noite-que-durou-10-anos.ghtml>. Acesso em: 17 de nov. de 2024.